

**COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO
INTEGRADA DE FOGOS RURAIS DE
CELORICO DA BEIRA**



**Guia orientador na apresentação dos
processos de edificação**

ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS COMUNS, NECESSÁRIOS PARA A EMISSÃO DO PARECER PREVISTO ARTIGO 60 E 61 DO DECRETO-LEI N.º N.º 82/2021, DE 13 DE OUTUBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL

- 1) Requerimento, elaborado nos termos do modelo em anexo, dirigido ao Presidente da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Celorico da Beira, identificando: a operação urbanística na qual o pedido se enquadra; o enquadramento legal pretendido, no âmbito do Artigo 60 ou 61 do Decreto-Lei n.º n.º 82/2021, de 13 de Outubro, na sua redação atual; se se enquadra dentro ou fora das áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS).
- 2) Plantas de Localização (à escala 1:2000 ou 1:1000), com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra e a delimitação da propriedade do promotor do edifício.
- 3) Planta de implantação da totalidade da propriedade, bem todos os edifícios (existentes, a construir ou a ampliar) e respetivos afastamentos às extremas, em formato PDF e DWG.
- 4) Adoção de medidas de proteção relativas à resistência do edifício à passagem do fogo, de acordo com os requisitos estabelecidos por despacho do presidente da ANEPC
- 5) Adoção de medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivo logradouro.
- 4) Extrato da Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra e a delimitação da propriedade do promotor do edifício, na mesma escala da planta de localização.
- 5) Extrato da Carta das Faixas de Gestão de Combustível do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Celorico da Beira, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra e a delimitação da propriedade do promotor do edifício, na mesma escala da planta de localização.
- 7) Extrato da Cartografia de Uso e Ocupação do Solo de 2018 (COS 2018), com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra e a delimitação da propriedade do promotor do edifício, na mesma escala da planta de localização.

8) Planta de Implantação digital, num formato georreferenciado, como por exemplo SHP ou DWG, utilizando o Sistema de Referência atualmente em vigor em Portugal Continental (PT-TM06/ETRS89). Todas as layers deverão ser apresentadas sob a forma de polígono. A Planta deverá conter a delimitação do terreno do promotor. Deverá incluir todos os edifícios (existentes, a construir ou a ampliar), os diversos elementos do espaço público envolvente, bem como as respectivas confrontações.

9) Memória Descritiva e Justificativa da operação urbanística identificando, entre outros, o uso a que destinam os edifícios que se incorporam, ou se pretendam incorporar, na propriedade, a atividade a desenvolver, justificando o enquadramento legal pretendido. Deverá, igualmente, fazer a interpretação de todas as peças desenhadas enunciadas anteriormente.

Caso se tratem de equipamentos de apoio a atividades turísticas, agrícolas, pecuárias, ou atividades industriais conexas, a Memória Descritiva e Justificativa deverá incluir uma caracterização detalhada da atividade a desenvolver.

10) Caso se pretenda enquadrar a pretensão nos n.º 3 do Artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de Outubro, na sua redação atual, deverão ser apresentados documentos justificativos das condições aí previstas. Pode o município, a pedido do interessado e em função da análise de risco subscrita por técnico com qualificação de nível 6 ou superior em proteção civil ou ciências conexas, reduzir até um mínimo de 10 m a largura da faixa prevista nas alíneas a) e b) do n.º 1, desde que verificadas as restantes condições previstas no mesmo número e obtido parecer favorável da comissão municipal de gestão integrada de fogos rurais.

11) Modelo de declaração do promotor do edifício, com o compromisso de execução do plano apresentado bem como o compromisso de assumir a inteira responsabilidade pela criação e manutenção da faixa de gestão de combustíveis (em anexo).

12) Deverá ser entregue um ficheiro digital, num formato georreferenciado, como por exemplo SHP ou DWG utilizando o Sistema de Referência atualmente em vigor em Portugal Continental (PT-TM06/ETRS89), que inclua: os limites das propriedades e identifique os respetivos proprietários; a implantação do(s) edifício(s) existentes e a construir; e a linha poligonal que define a faixa de gestão de combustível a criar, com distância nunca inferior a 50 metros, medidos a partir da alvenaria exterior do(s) edifício(s) quando confinantes com terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais.

DECLARAÇÃO DO PROMOTOR DO EDIFÍCIO

_____ (nome), portador do Bilhete de Identidade/ Cartão de Cidadão n.º _____ e do Número de Identificação Fiscal _____, residente em _____, com o contacto telefónico _____, proprietário do prédio inscrito no Serviço de Finanças de _____, com o Artigo Matricial n.º _____, registado na Conservatória do Registo Predial de _____ sob o n.º _____, onde pretende construir / ampliar/ reconstruir um edifício, declara assumir inteira responsabilidade pela criação e manutenção da faixa de gestão de combustível, nas condições estipuladas pelo anexo do Decreto-Lei nº 82 /2021, de 13 de outubro, na sua atual redação.

Mais declara que tem plena noção de que incorre em processo de contraordenação em caso de incumprimento do plano submetido.

_____, _____ de _____ de _____

O Declarante,

REQUERIMENTO A APRESENTAR À COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS DE CELORICO DA BEIRA

_____ (nome), portador do Bilhete de Identidade/ Cartão de Cidadão n.º _____ e do Número de Identificação Fiscal _____, residente em _____, com o contacto telefónico _____, proprietário do prédio inscrito no Serviço de Finanças de _____, com o Artigo Matricial n.º _____, registado na Conservatória do Registo Predial de _____ sob o n.º _____, vem solicitar à Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Celorico da Beira, nos termos dos Artigos 60º e 61 do Decreto-Lei nº 82 /2021, de 13 de outubro, na sua atual redação, a apreciação do processo de obras referente a _____ (operação urbanística em causa e finalidade do edifício), a emissão do parecer vinculativo previsto no artigo _____º no número ____ do Decreto-Lei nº 82 /2021, de 13 de Outubro, na sua redação atual, no qual pretende enquadrar o processo, por se tratar da construção/ ampliação/reconstrução de _____ e respeitar a distância de 50/10 metros à estrema da propriedade e restantes condições descritas nos artigos 60º ou 61º.

Declara que, de acordo com a cartografia de risco de incêndio, a área de implantação da pretensão se encontra em classes de perigosidade _____.

_____, _____ de _____ de _____

O Requerente,
